



Romanos 7 e a falsa conversão pelo legalismo

Teologia · Salvação · 25 de agosto de 2026

“Portanto, agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito. Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte.” (Romanos 8.1-2)

Há um texto que a pregação evangélica converteu em espelho autorizado da vida cristã, e o fez com tanta insistência que a maioria dos crentes já não consegue ler as palavras sem ver o próprio rosto refletido nelas. Trata-se da segunda metade de Romanos 7:14-25, a passagem em que uma voz confessa querer o bem e praticar o mal, deleitar-se na lei de Deus segundo o homem interior e ao mesmo tempo achar-se prisioneira de outra lei que opera nos membros. O crente ouve “o que quero isso não faço” e reconhece a própria situação; ouve “miserável homem que eu sou” e sente que finalmente a Escritura descreveu com honestidade a distância entre a intenção santa e o desempenho sujo. A conclusão prática segue quase sem resistência: esta é a condição normal de quem foi salvo, a derrota recorrente é a marca do verdadeiro filho de Deus, e quem afirmar viver de outra maneira ou está mentindo ou caiu no perfeccionismo. O texto, assim lido, oferece um consolo poderoso; legitima a estagnação, dá nome piedoso à impotência e transforma a experiência do fracasso contínuo em prova de regeneração.

O consolo é falso, e a leitura que o produz gera um problema maior do que normalmente se pensa. Ela obriga Romanos 8 a começar no vazio, como se Paulo, depois de descrever a servidão do cristão ao pecado, mudasse de assunto por capricho. Ela contradiz o capítulo imediatamente anterior, no qual o apóstolo já declarou que o crente foi libertado do pecado e feito servo da justiça. Ela apaga do retrato exatamente aquilo que constitui o cristão, a saber, a presença de Cristo e do Espírito, ausentes por completo dos versículos em que o homem se debate. E, o que mais interessa a esta discussão, ela entrega ao falso convertido a arma perfeita para permanecer no engano: agora ele pode chamar de luta espiritual a agonia de quem tenta salvar-se por obras e nunca consegue, batizando com linguagem de santo a condição própria do perdido religioso. Este artigo sustenta uma tese oposta à recebida. A voz de Romanos 7.14-25 pertence ao homem debaixo da lei que se esforça por justificar-se pela lei, paradigmaticamente o judeu zeloso e sem entendimento; a situação real do cristão está descrita em Romanos 8; e o retrato do capítulo 7 aplica-se com precisão terrível ao cristão nominal, ao crente aparente que nasceu na igreja e tenta comprar o céu com o próprio suor.

A leitura recebida e sua força

Nenhuma refutação honesta começa caricaturando o adversário, e a leitura tradicional possui defensores de primeira grandeza e argumentos que merecem exposição íntegra antes de qualquer demolição. João Calvino tomou a passagem como descrição do regenerado, e o fez por razões que não são frívolas.¹ O peso da posição está em três expressões que, à primeira vista, parecem impossíveis na boca de um perdido. A voz diz “quero fazer o bem”; diz “tenho prazer na lei de Deus, segundo o homem interior”; diz “eu mesmo com o entendimento sirvo à lei de Deus”. Os capítulos anteriores da mesma carta ensinaram que o não regenerado não busca a Deus, não se sujeita à lei divina e sequer o pode fazer, de modo que atribuir a ele um deleite sincero na lei e um desejo real do bem parece violar a própria doutrina de Paulo. O defensor da leitura recebida conclui: se apenas o regenerado ama a lei de Deus, e a voz de Romanos 7 ama a lei de Deus, a voz de Romanos 7 é o regenerado.

O argumento tem corpo e não deve ser dispensado com um gesto. Some-se a ele o pronome; Paulo escreve na primeira pessoa e no presente, “eu sou carnal”, “eu faço”, e o leitor natural supõe que um homem que diz “eu” está falando de si mesmo, agora. Some-se ainda a experiência devocional de gerações de crentes sérios que, examinando a própria consciência, encontraram ali precisamente a guerra descrita, o bem querido e não realizado, o mal aborrecido e cometido. A leitura recebida, portanto, apoia-se num raciocínio doutrinário, num dado gramatical e num testemunho experimental convergentes. Sua força é real. Sua fraqueza aparece quando o texto é lido em seu contexto e obrigado a responder por cada uma dessas colunas.

O que o próprio texto recusa

A primeira coluna cede diante do versículo 14. A voz declara: “mas eu sou carnal, vendido sob o pecado.” O pensamento foi colhido poucos versículos antes, no capítulo 6, onde Paulo descreve o estado do homem não regenerado como escravidão ao pecado e afirma que dela o cristão foi retirado. O velho homem foi crucificado com Cristo para que o corpo do pecado fosse desfeito e o crente não servisse mais ao pecado (Romanos 6.6). O pecado já não tem domínio sobre ele, porque está debaixo da graça (Romanos 6.14); libertado do pecado, foi feito servo da justiça (Romanos 6.18). Colocar na boca do cristão a confissão “vendido sob o pecado” é fazer Paulo desdizer, no espaço de uma página, aquilo que acabara de estabelecer com solenidade. A doutrina do capítulo 6 é decisiva e inflexível; ela obriga toda outra consideração a acomodar-se a ela, e não o contrário. Quem se declara escravo vendido do pecado descreve a si mesmo como aquilo que o cristão deixou de ser.

A segunda recusa é ainda mais grave, porque é uma ausência. Ao longo de toda a agonia dos versículos 14 a 24, Cristo não aparece. O Espírito não aparece. O homem luta sozinho, cercado por uma lei santa que o acusa e por um poder maligno que o vence, e em nenhum momento se diz que o Espírito de Deus habita nele ou que a força de Cristo o socorre no combate. Cristo entra apenas no versículo 25, e entra como resposta, como o resgate clamado pelo miserável que pergunta quem o livrará do corpo desta morte. A estrutura é a de um cativo que termina numa libertação, e a libertação abre o capítulo 8. Se a passagem retratasse a vida cristã, teríamos a monstruosidade de um cristão descrito sem Cristo e sem o Espírito, o que equivale a descrever um cristão sem aquilo que o faz cristão. O silêncio do texto sobre o Espírito, no exato lugar em que a leitura recebida quer ouvir a experiência do regenerado, é o silêncio que condena essa leitura.

A terceira recusa vem da função do trecho dentro do argumento. Romanos 7 continua uma sequência de objeções falsas que Paulo vinha desmontando desde o capítulo 6, e a sequência é nítida. Em 6.1 pergunta-se: permaneceremos no pecado para que a graça abunde? Em 6.15: pecaremos porque não estamos debaixo da lei? Em 7.7: a lei é pecado? Em 7.13: aquilo que é bom converteu-se em morte para

mim? Cada pergunta nasce de uma inferência tola tirada da doutrina paulina da lei e da graça, e cada resposta protege essa doutrina contra a distorção.² O apóstolo constrói uma diatribe, um debate encenado contra um interlocutor representativo, e o “eu” dessa encenação é um recurso de exposição que carrega a objeção, não a autobiografia devocional do escritor. Ler os versículos 14 a 25 como confissão pessoal de Paulo é arrancá-los da controvérsia sobre a lei em que estão cravados e transplantá-los para um diário espiritual que o contexto não conhece.

A quarta recusa desfaz o argumento gramatical e o resolve a favor da tese contrária. O pronome “eu” não obriga à autodesignação literal, porque a língua e a retórica antigas empregavam a primeira pessoa como figura, um “eu” editorial que representa uma classe de homens. Assumido esse sentido, o próprio dado que parecia sustentar a leitura recebida passa a sustentar a sua ruína. Explica-se a mudança do tempo passado, dominante nos versículos anteriores, para o presente vívido do versículo 14, mudança que a autobiografia não explica e a representação sim. Dissolve-se o conflito com a declaração de Paulo de que fora “irrepreensível” quanto à justiça que há na lei (Filipenses 3.6); ali ele descreve a justiça legalista do fariseu, e não a obediência real e perfeita à lei de Moisés, o que se prova pelo fato de, na mesma frase em que se diz irrepreensível, invocar como emblema de seu zelo a perseguição à igreja. A mesma lei que apontava para Cristo jamais teria tolerado o seu assassinio nem endossado como justa a perseguição dos seus. O zelo era ardente e era cego. Era o zelo de Deus sem entendimento, o zelo que estabelece a própria justiça e não se sujeita à justiça de Deus (Romanos 10.2-3).

O eu editorial e o zelo sem entendimento

Reunidos os fios, o retrato se compõe com nitidez: a voz que quer o bem e não o realiza, que se deleita na lei segundo o homem interior e contudo se descobre prisioneira do pecado, é a voz do homem debaixo da lei que empreende salvar-se pela lei. O deleite dela na lei de Deus é o zelo ignorante daquele que reconhece a santidade do preceito, admira-o, deseja cumpri-lo, e a cada esforço descobre dentro de si um poder que o arrasta para o contrário do que aprova. A fé sincera do convertido está ausente desse deleite, porque ausente está o Espírito que a produz. Israel teve zelo de Deus, mas não segundo o entendimento (Romanos 10.2). Israel buscou estabelecer a própria justiça e por isso não se sujeitou à de Deus (Romanos 10.3). O judeu de Romanos 7 é esse Israel encenado num único homem representativo, e a lei que ele venera revela-se impotente para produzir nele o bem que ordena, porque estava enferma pela carne, e a carne é o que ele ainda é.

O retrato não se prende ao judeu, embora nele encontre o exemplar mais claro. Quando o homem debaixo da lei escrita é tomado como figura, torna-se figura de todos os que, até mesmo sem o código de Moisés como lei étnica, se esforçam por alcançar paz de consciência ou cumprir o padrão que a própria natureza lhes acusa, mas que receberam por nascerem em um meio cristão. A cena então recobre o argumento de Romanos 1 e 2. O judeu tem a lei e não a obedece; o gentio não tem o código escrito e mesmo assim revela nas obras uma consciência das exigências da lei, e também não a obedece. O resultado é um só: todos, judeus e gregos, estão debaixo do pecado e sob condenação. O homem zela pelo padrão, luta por ele, e descobre que não pode cumpri-lo, porque um poder maligno dentro dele não o permite. Quanto mais a justiça lhe é definida e proclamada, mais esse poder é provocado a rebelar-se e a praticar o mal. Ele é atormentado pela batalha perdida de viver à altura da medida por que se mede. É transgressor. Morrerá pecador, num fracasso total, a menos que outro poder o alcance.

A lei do Espírito: a situação real do cristão

O capítulo 8 abre com a palavra que reverte todo o cativo: “Portanto, agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito.”³ Aquilo que

a lei não pôde fazer, por estar enferma pela carne, Deus fez enviando o próprio Filho em semelhança da carne do pecado, para que a justiça da lei se cumprisse nos que andam segundo o Espírito (Romanos 8.3-4). A libertação clamada pelo miserável do capítulo anterior chega, e chega com um nome, o Espírito de vida, cuja lei livra o homem da lei do pecado e da morte. Daqui em diante o texto muda de temperatura: onde antes havia um homem sozinho e vencido, agora há duas forças, dois tipos de homens e dois tipos de fruto.

Paulo descreve duas potências que produzem duas humanidades. Existe um poder maligno operando em todo não cristão, uma força que o conduz à descrença, à blasfêmia e à estupidez, que dirige a sua vida e da qual ele não consegue escapar, nem quer escapar, porque a própria vontade foi capturada. A mente da carne é inimizada contra Deus, não se sujeita à lei de Deus nem, em verdade, o pode, e os que estão na carne não podem agradar a Deus (Romanos 8.7-8). Contra essa potência ergue-se outra, o poder do Espírito, que vem ao homem e assume o governo quando Deus lhe concede a fé em Cristo e o transforma em cristão. Esse poder desce sobre o crente a partir de Deus e o governa como domínio soberano, o poder da vida, da justiça, da inteligência e da santidade, e o crente não o retém como energia própria que administra por reserva íntima. A santidade do cristão repousa sobre soberania divina, e não sobre força psicológica arrancada de dentro. Deus é a causa imediata do querer e do fazer segundo o seu bom propósito, e o Espírito que passou a habitar o crente é o mesmo que o conduz a desejar e a realizar as obras de Cristo.

Dessas duas potências resultam dois tipos de homem, distintos pela mentalidade, pelos desejos e pelas preocupações, e dessas mentalidades resultam dois tipos de fruto, os quais Paulo cataloga em Gálatas 5 sob os nomes das obras da carne e do fruto do Espírito. Romanos 8.9 fixa a divisória sem meio-termo: “Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se é que o Espírito de Deus habita em vós. Mas, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele.” Quem é governado pela carne não tem o Espírito e não pertence a Cristo. Quem pertence a Cristo tem o Espírito e é governado por ele. A implicação prática é imensa e nasce diretamente da doutrina: enquanto o não cristão é governado pelo pecado e não pode sujeitar-se a Deus, o cristão é governado pelo Espírito e sujeita-se a Deus, e faz isso com capacidade e com ciência do caminho. Ele consegue obedecer, e sabe como obedecer.

A estratégia da santificação, por isso, corre em direção positiva: Paulo instrui o que furtava a que trabalhe com as mãos naquilo que é bom, para ter o que repartir com o necessitado (Efésios 4.28); a corrupção antiga é expulsa quando o novo homem, criado segundo Deus em verdadeira justiça e santidade, ocupa o lugar dela (Efésios 4.22-24). O crente que empregava as palavras para o mal passa a usá-las para edificar a fé nos outros. O vício cede terreno à medida que a obra santa cresce e o toma. Isso não significa que toda tentação desapareceu ou que o cristão jamais tropeçará, porque a redenção, plenamente conquistada por Cristo, ainda segue um plano de aplicação que só se completará na ressurreição dos mortos. O mesmo Espírito que fez morada no crente e começou a governá-lo consumará a mudança quando o corpo for levantado. Permanece, pois, uma luta, e o cristão deve mortificar pelo Espírito as obras do corpo (Romanos 8.13). Mas essa luta possui outra estrutura. Ela já não reproduz a tensão do capítulo anterior, aquela em que um zelo ignorante pela lei se choca com a rebelião inerente da carne e o pecado sempre vence. Agora o combate pertence a um homem cujo desejo de justiça é bom, sincero e fortalecido pelo Espírito de Deus, e cujas energias já não se gastam em tentar arrancar-se das garras do pecado, porque o Espírito dá asas ao seu desejo verdadeiro pela verdade e pela santidade. Cristo transformou a batalha, e já a venceu por ele.

O falso convertido e o conforto da derrota

Aqui a tese exegética naturalmente demonstra o seu peso pastoral, e o descarrega sobre o cristão nominal.

Se o retrato de Romanos 7 é o do homem que reconhece a lei, deseja cumpri-la e descobre-se impotente para tanto, então ele encaixa-se com exatidão medonha no perfil do crente aparente, daquele que nasceu na igreja, aprendeu o vocabulário, admira a doutrina, aprova a santidade com o entendimento e tenta, pela força da própria carne convertida em zelo religioso, produzir a justiça que só o Espírito produz. Esse homem tem prazer na lei de Deus segundo o homem exterior treinado, e não segundo um coração regenerado; venera o padrão e é vencido por ele; quer o bem no plano das intenções e realiza o mal no plano das obras; e clama, com sinceridade angustiada, “miserável homem que eu sou”, sem jamais alcançar a libertação, porque a libertação exige o Espírito que ele não possui. O zelo dele é zelo de Deus sem entendimento (Romanos 10.2). A justiça que ele tenta construir é a própria justiça que recusa sujeitar-se à de Deus (Romanos 10.3). Romanos 7 é o seu espelho verdadeiro, e a igreja, ao lhe ensinar que aquilo é a vida cristã normal, entrega-lhe o próprio veneno rotulado como remédio.

Este é o dano concreto da leitura recebida. Ao proclamar que a agonia derrotada de Romanos 7 é o estado ordinário do salvo, o pregador oferece ao perdido religioso um certificado de conversão emitido sobre a evidência exatamente errada. O falso convertido experimenta a guerra do capítulo 7, ouve que essa guerra é a marca do verdadeiro crente, e conclui que está salvo justamente porque nunca vence o pecado. A doutrina que deveria alarmá-lo passa a acalmá-lo. O texto que deveria diagnosticar a sua perdição passa a atestar a sua salvação. E o homem morre confortado, tendo confundido a impotência do escravo com a humildade do filho, quando o Senhor lhe dirá que nunca o conheceu, ainda que em nome dele o homem tenha professado e praticado obras (Mateus 7. 22-23). Por isso a Escritura ordena o exame próprio: provai-vos a vós mesmos, se permaneceis na fé (2 Coríntios 13.5). Quem se examina à luz de Romanos 8, e não à luz de uma derrota rebatizada, pergunta se o Espírito de Cristo habita nele, se há fruto do Espírito, se a inclinação da mente foi mudada, se o desejo de justiça é fortalecido de dentro por um poder que ele não fabricou. A resposta a essas perguntas distingue o filho do escravo, e a distinção decide a eternidade.

Objções

Levanta-se a objeção do pronome e do tempo verbal: Paulo diz “eu” e diz “agora”, e o sentido óbvio é o autobiográfico. Já se respondeu que o “eu” editorial era recurso reconhecido, que a diatribe do trecho encena um interlocutor representativo, e que o presente vívido do versículo 14, longe de fixar a autobiografia, é o tempo próprio da representação dramática de uma condição típica. O sentido óbvio, quando produz a contradição de um cristão vendido ao pecado e privado do Espírito no meio de uma carta que acabou de libertá-lo do pecado e que o encherá do Espírito no versículo seguinte, deixa de ser óbvio e passa a ser insustentável.

Levanta-se a objeção da humildade: negar que Romanos 7 seja a vida cristã abre a porta ao perfeccionismo e à arrogância espiritual. A objeção erra em ambos os lados. Romanos 8 fecha a porta ao perfeccionismo por conta própria, ao afirmar que a aplicação da redenção só se completa na ressurreição e que uma luta permanece, de modo que o crente ainda mortifica as obras do corpo e ainda pode tropeçar. E a suposta humildade da leitura recebida é, com frequência, incredulidade apenas, porque rebaixa a expectativa que o próprio texto levanta e chama de realismo o que a Escritura chamaria de pouca fé. Confessar o pecado remanescente é dever do cristão; adotar como identidade a derrota estrutural do escravo é abandonar a doutrina do capítulo 8 de Romanos.

Levanta-se a objeção dos santos: homens piedosos, ao longo dos séculos, encontraram a própria experiência em Romanos 7. O fato é verdadeiro e nada prova a favor da leitura recebida. Uma coisa é a consciência aguda do pecado que resta, comum a todo crente maduro e produzida pela própria luz do Espírito; outra é a estrutura específica de Romanos 7, na qual o pecado sempre vence, Cristo está ausente do combate e o homem termina prisioneiro. A luta de Gálatas 5.17, em que a carne cobiça contra o

Espírito e o Espírito contra a carne para que o crente não faça o que a carne quer, é a luta real do cristão, e nela o Espírito está presente e prevalece; a luta de Romanos 7, em que o homem faz o que aborrece e não faz o que quer, é a luta perdida do que ainda não tem o Espírito. Confundir as duas é o erro que a leitura recebida instala e propaga.

Resta a autoridade de Calvino e da tradição que o seguiu. O reformador leu a passagem como descrição do regenerado, e a estatura dele não se discute. A estatura dele também não o subtrai ao tribunal do texto, ao qual ele mesmo submeteria a própria leitura, porque foi Calvino quem ensinou a igreja a receber a Escritura como voz que julga o intérprete antes de ser julgada por ele. A doutrina do capítulo 6, o silêncio sobre Cristo e o Espírito nos versículos da agonia, a cadeia de objeções sobre a lei e a coerência com Romanos 10 pesam mais que a autoridade de qualquer nome. Aceitar a conclusão pela reverência ao mestre seria repetir, no campo da exegese, o erro que este sistema combate em toda parte, o de fundar a verdade sobre a consciência humana em vez de fundá-la sobre a Palavra que fala.

Afirmamos e negamos

Afirmamos que a voz de Romanos 7.14-25 é a do homem debaixo da lei que se esforça por justificar-se pela lei, representada de modo exemplar pelo judeu zeloso e sem entendimento.

Negamos que essa voz descreva a experiência normal do cristão regenerado.

Afirmamos que o versículo 14, ao dizer “vendido sob o pecado”, descreve o estado do não regenerado do qual o capítulo 6 declarou que o cristão foi libertado.

Negamos que Paulo, no espaço de uma página, contradiga a libertação do pecado que acabara de estabelecer.

Afirmamos que a ausência de Cristo e do Espírito nos versículos 14 a 24, e a entrada de Cristo apenas em 7.25 como resposta, revelam um cativo que termina em libertação, e não a vida do que já possui o Espírito.

Negamos que se possa descrever o cristão sem aquilo que o constitui cristão, a saber, a habitação e o governo do Espírito de Deus.

Afirmamos que Romanos 8 contém a situação real do convertido: nenhuma condenação, a lei do Espírito de vida, o governo do Espírito, a capacidade e a ciência de obedecer, e uma batalha transformada e já vencida por Cristo.

Negamos que a luta do cristão em Romanos 8 e Gálatas 5 tenha a estrutura da derrota de Romanos 7, na qual o pecado prevalece.

Afirmamos que o retrato de Romanos 7 se aplica ao cristão nominal, ao crente aparente nascido na igreja que tenta salvar-se por obras e experimenta a agonia do escravo sem alcançar a libertação do filho.

Negamos que a experiência dessa agonia seja evidência de regeneração, e advertimos que ensiná-la como vida cristã normal conforta o falso convertido na sua perdição e rebaixa a obra de Cristo para o eleito.

Notas

1. João Calvino, *Comentário à Epístola aos Romanos*, na exposição de 7.14 e seguintes, sustenta a leitura do trecho como descrição do homem regenerado em luta com o pecado remanescente. A posição é aqui exposta em sua força e examinada,

não caricaturada. [\[voltar ao texto\]](#)

2. A sequência de perguntas retóricas que ordena a controvérsia é interna ao texto e pode ser conferida diretamente: Romanos 6.1, 6.15, 7.7 e 7.13. Cada uma responde a uma inferência falsa extraída da doutrina paulina da lei e da graça. [\[voltar ao texto\]](#)

3. A cláusula “que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito”, presente em 8.1 na Almeida Corrigida Fiel, segue o Texto Recebido. O leitor que consultar edições fundadas no texto crítico a encontrará apenas em 8.4. [\[voltar ao texto\]](#)